

A Constituinte

Apartes, pinga-fogo, debates. Foi a sessão de ontem, na CNBB.

Noventa deputados e senadores constituintes, atendendo a uma convocação feita pela presidência da CNBB para a discussão de temas que interessam à Igreja na elaboração da nova carta constitucional, conseguiram transformar o encontro em um autêntico "pinga-fogo" noturno na sede da entidade, em Brasília, tendo sido improvisado até um sininho para marcar o tempo de três minutos para que cada parlamentar se manifestasse, função que foi assumida pelo senador Meira Filho (PMDB-DF). No encontro, realizado anteontem à noite, não faltou sequer um início de tumulto quando o deputado José Genóino decidiu interromper o deputado Messias Góes (PFL-SE) no momento em que o parlamentar acusava setores da Igreja de estarem incentivando atritos entre posseiros e proprietários de terra.

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, abriu a sessão fazendo um esclarecimento: "Os senhores não estão aqui para serem doutrinados pela CNBB" — afirmou. "Nossa missão não é política, mas não podemos esquecer que somos fermento no meio da massa." Nessa primeira reunião que a CNBB pretende repetir até o final da Constituinte, os bispos queriam discutir com os parlamentares o documento: "Por uma nova ordem constitucional" aprovado pelo episcopado no ano passado e definiu uma forma de colaboração e mesmo assessoramento aos parlamentares.

Mas foram poucos os que seguiram a pauta apresentada por dom Ivo. A CNBB foi questionada a respeito da posição conservadora adotada pela igreja nas questões que envolvem a família. "Como a CNBB vê a questão do aborto?" — pergun-

tou o senador Meira Filho. Será correto não se interferir numa gravidez que vai gerar um monstro?" Insistiu. O deputado Messias Góes por sua vez criticou a posição da Igreja em relação ao divórcio. "A Igreja deve ouvir o grito do católico que foi obrigado a desmanchar

o seu casamento. Será que vamos ficar na figura ridícula do desquite ou vamos partir para o divórcio efetivo que poderá ser repetido uma, duas ou mais?", perguntou.

Dom Ivo reconheceu serem estas "questões muito delicadas", mas reafirmou que a Igreja conti-

nuará intransigente na defesa do direto à vida e à união da família. Quanto à interferência da Igreja nos problemas do campo ele afirmou que a violência existe, mas não é instigada pelo padre e sim por uma estrutura fundiária injusta.

O deputado Mendonça de Moraes (PMDB-MG) alertou a CNBB para a risco da Igreja vir a ser utilizada durante a Constituinte "por pessoas não católicas para fazer o lobby de correntes ideológicas". E disse mais: "A minha igreja está com os braços mais estendidos pa-

ra o horizonte, esquecendo de elevá-los ao céu. Reza-se muito pouco na minha Igreja e muito menos no meio político". Outros parlamentares gastaram parte de seu tempo ressaltando a importância do trabalho da CNBB durante os regimes militares. O deputado Jorge Hage (PMDB-BA), mesmo defendendo a importância da colaboração da Igreja na Constituinte, fez uma ressalva em meio a discursos acalorados: "Não devemos transferir para o debate parlamentar. Com a Igreja devemos discutir meios mais eficientes de mobilização popular e uma forma de assessoramento nas questões que possam interessá-la mais diretamente".

A exceção dos partidos comunistas, todos os demais estiveram representados no encontro da CNBB, que terminou com um cafézinho no refeitório da entidade. Muitos não gostaram dos debates e saíram antes do final: "Não vim aqui assistir outro pinga-fogo", afirmou José Genóino. Já a deputada Cristina Tavares observou: "A CNBB deve ter aprendido que não se faz reunião para parlamentar com microfone, se não ele se inspira e não para de falar".

Para a CNBB, embora o encontro tenha sido pouco objetivo foi importante para detectar quem é quem em um Parlamento renovado e ver reforçado pelos deputados e senadores presentes a importância de seu papel na mobilização popular para a discussão da nova Constituição. No final do encontro dom Ivo deixou claro que a Igreja vai abrir mão de um espaço nessa Constituinte: "Não queremos ser cúmplices da desmoralização da Assembleia Nacional Constituinte" — disse ele aos parlamentares.

MINISTÉRIO O presidente nega a reforma. Mas surgem novos nomes.

"Li pelos jornais". Assim o presidente Sarney respondeu, ontem, ao deputado Márcio Braga, do PMDB do Rio, que indagou se a reforma ministerial estaria realmente pronta e prestes a ser iniciada. Aos governadores dos Estados do Sul — Pedro Ivo, de Santa Catarina; Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; e Alvaro Dias, do Paraná — o presidente afirmou que sua prioridade não é a reforma do Ministério mas a correção dos rumos da economia do País, que, segundo ele, necessita de muitos reparos.

Apesar do desmentido do presidente, na bancada do PMDB de Per-

nambuco as informações são de que o vice-governador do Estado, Carlos Wilson — esperado hoje ou amanhã, em Brasília, a pedido de Sarney — será convidado para o Ministério do Interior. O atual ministro, Ronaldo Costa Couto, ocuparia um lugar de destaque na administração federal — possivelmente a presidência da Caixa Econômica Federal.

Outro pernambucano, Dorany Sampaio, superintendente da Sudepe, também estaria cotado para o lugar de Costa Couto. Entretanto, um parlamentar de Pernambuco observou, ironicamente, que seria melhor Dorany Sampaio permanecer

onde está, pois, do contrário, Pernambuco acabaria perdendo a Sudepe para o governador mineiro Newton Cardoso.

Segundo o governador Alvaro Dias o presidente não fez nenhuma referência à possibilidade de demitir o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. "O momento é de fortalecer o ministro, não de enfraquecê-lo", disse Dias, informando que os governadores do Sul não reivindicaram nenhum cargo ao presidente: "Certamente, Sarney saberá avaliar o peso do Sul e escolherá nomes competentes para ocupar o Ministério", disse Alvaro Dias.

O ministro Abreu Sodré, das Relações Exteriores, também desmentiu que tenha enviado carta a Sarney colocando seu cargo à disposição: "A última carta que escrevi foi um cartão de Natal", disse o ministro.

Para Iris Resende, da Agricultura, "a reforma ministerial é um fato normal". E mais um pedido de renúncia coletiva surgiu, desta vez por parte do prefeito de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado (PMDB), para quem o governo está desacreditado, e só com a reforma terá liberdade para realizar as mudanças necessárias no plano econômico.